

Simulado Especial

Polícia Militar de Pernambuco

OFICIAL

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **PM-PE**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/5ic4KYdozXr45mtz7

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	61 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	62 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	63 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	64 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	65 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	66 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	67 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	68 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	69 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	70 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/pljbx4

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

Espanhol: https://bit.ly/4e1zpP2 | **Inglês:** https://bit.ly/4zb1Fr3

BLOCO I

LÍNGUA PORTUGUESA

Suellen Borges

A Ética do Diálogo no Século XXI

No cenário contemporâneo, a rapidez das trocas de informações e a proliferação das redes virtuais parecem ter alterado, de modo irreversível, as dinâmicas da comunicação humana. Se, por um lado, o acesso ao conhecimento tornou-se democratizado, por outro, assiste-se a uma crescente polarização dos discursos, na qual a escuta atenta cede lugar ao confronto estéril.

O filósofo e sociólogo Zygmunt Bauman, ao analisar as relações na modernidade líquida, já alertava para a fragilidade dos laços interpessoais. Segundo o pensador, a facilidade de "desconectar-se" com apenas um clique reduz a disposição dos indivíduos para o exercício do debate empático e profundo. Nesse contexto, o diálogo deixa de ser uma ponte para a construção de consensos e passa a ser instrumento de reafirmação de bolhas ideológicas.

É fundamental, portanto, resgatar a dimensão ética da linguagem. Falar com responsabilidade implica considerar o outro não como um adversário a ser destruído, mas como um interlocutor legítimo. Somente por meio do reconhecimento da alteridade será possível reconstituir o tecido social e restabelecer espaços de convivência verdadeiramente democráticos.

(Disponível em: internet. Adaptado)

1. Com base na leitura do texto, assinale a alternativa que expressa corretamente a ideia central defendida pelo autor.

a) A proliferação das redes virtuais eliminou completamente a capacidade humana de produzir conhecimento válido.

b) A rapidez da comunicação contemporânea é a única responsável pelo fim das democracias modernas.

c) O resgate da dimensão ética da linguagem e do reconhecimento do outro é essencial para a superação do confronto estéril.

d) Zygmunt Bauman defendia que o avanço tecnológico deveria ser contido para evitar a ruína das relações interpessoais.

e) A polarização dos discursos é um fenômeno benéfico, pois estimula a disputa ideológica e fortalece as redes sociais.

2. No trecho "**Se, por um lado**, o acesso ao conhecimento tornou-se democratizado, **por outro,** assiste-se a uma crescente polarização dos discursos..." (1º parágrafo), os termos em destaque estabelece entre as orações uma relação sintático-semântica de:

a) causa e consequência.

b) condição e hipótese.

c) concessão e explicação.

d) adição e síntese.

e) oposição e contraposição.

3. Analise a pontuação empregada no trecho a seguir: "O filósofo e sociólogo Zygmunt Bauman, ao analisar as relações na modernidade líquida, já alertava para a fragilidade dos laços interpessoais." (2º parágrafo). A expressão entre vírgulas classifica-se gramaticalmente como:

a) oração subordinada adjetiva explicativa.

b) oração subordinada reduzida de infinitivo com valor adverbial temporal.

c) aposto explicativo de base nominal.

d) oração subordinada substantiva apositiva.

e) oração coordenada sindética explicativa.

4. No trecho "Nesse contexto, o diálogo deixa de ser uma ponte para a construção de consensos e passa a ser instrumento de reafirmação de **bolhas ideológicas**." (2º parágrafo), a expressão destacada constitui um recurso figurado denominado:

a) metonímia.

b) pleonasmo.

c) metáfora.

d) hipérbole.

e) eufemismo.

5. Em relação às funções da linguagem e elementos da comunicação, assinale a alternativa que descreve predominantemente a função METALINGUÍSTICA.

a) Texto focado na emoção e nos sentimentos do emissor, utilizando primeira pessoa.

b) Texto focado na persuasão do receptor, utilizando verbos no imperativo.

c) Texto que utiliza o próprio código linguístico para explicar ou refletir sobre o próprio código.

d) Texto focado em manter aberto o canal de comunicação, com testes de ruído e saudações.

e) Texto centrado na mensagem, preocupado com a sonoridade da lírica.

6. Quanto à concordância verbal, assinale a alternativa que preenche corretamente e respectivamente as lacunas da frase a seguir: "Nesta cidade, _____ de haver debates sérios, ainda que _____ surgir controvérsias que _____ o interesse coletivo."

a) há / possam / afetem

b) hão / possa / afetem

c) há / possa / afeta

d) hão / possam / afeta

e) há / possam / afeta

7. Quanto ao sentido das relações de coordenação e subordinação, assinale a alternativa em que a conjunção destacada introduz uma ideia de CONCESSÃO.

a) Como o relatório estava incompleto, a reunião foi adiada.

b) Ele continuou a discursar, embora o público demonstrasse desinteresse.

c) O projeto será aprovado, desde que todos assinem o termo.

d) Estudou tanto para o concurso que obteve a primeira colocação.

e) Fique em silêncio, porque o palestrante começará a apresentação.

8. Em relação às regras de colocação pronominal (próclise, mesóclise e ênclise), assinale a alternativa em que o pronome oblíquo átono foi empregado em DESACORDO com a norma padrão.

a) Não me apresentaram as justificativas para a mudança do projeto.

b) Conceder-lhe-iam o prêmio se tivessem analisado os relatórios.

c) Quando revelou-se o resultado, todos comemoraram entusiasticamente.

d) Quem te disse que os prazos foram prorrogados?

e) Em se tratando de ética, não cabem concessões levianas.

9. Assinale a alternativa que apresenta o correto emprego dos pronomes relativos e da preposição exigida pela regência.

a) Este é o autor cujo o livro foi premiado pela crítica internacional. b

b) A cidade em que moramos oferece excelentes opções culturais.

c) Os problemas onde nos referimos foram totalmente solucionados.

d) O relatório de cujo me lembrava foi arquivado ontem.

e) O candidato a cujo projeto simpatizamos obteve a primeira colocação.

10. Assinale a alternativa em que a ocorrência da crase está CORRETA.

a) Dirigiu-se à ela com muito respeito e consideração.

b) O parecer foi encaminhado à uma comissão técnica especial.

c) Escreveu o texto à lápis para evitar rasuras no documento final.

d) As propostas foram apresentadas à medida que as reuniões ocorriam.

e) O palestrante começou à falar sobre os desafios da educação moderna.

INGLÊS

Andrea Belo

AI is exposing how fragile the web really is. What you can do to stay safe

The vulnerabilities were around for years — more than a decade — but researchers were only able to understand how hackers could take advantage of them with the help of AI.

The vulnerability, called P2PShell, impacts a coding language that powers 70% of the world's websites, enabling hackers to remotely execute code or gain access to information stored on servers. That sent websites into a scramble to update their systems, with some government websites in Europe going offline temporarily this past week until they could install the fix.

The discovery is yet another reminder of the fragile infrastructure of the internet. And with AI supercharging the abilities of both researchers and bad actors to discover flaws, it likely won't be the last time a discovery like this is made.

A lot of the internet and a lot of global IT infrastructure runs on technology that's quite old, or is based on things that are very old in terms of computers, and likely have similar vulnerabilities.

With a vulnerability like P2PShell, there isn't much that users can do to protect themselves. It's up to organizations, businesses and governments to update their services with the latest security patches.

But it does underscore the importance of being smart about your digital habits. The age-old advice of keeping your passwords secure and being wary of suspicious emails is more important than ever as hackers gain more sophisticated tools and use AI to find more of the internet's weak points.

Update your software

Don't ignore those software update notifications on your laptop or phone. Many of these updates include critical security fixes, and installing them as quickly as possible shortens the amount of time hackers have to take advantage of bugs.

Most smartphones now support software updates for roughly seven years following their release. If you have an older phone, you should check if it's still compatible with new software versions.

Watch out for phishing attacks

Pay attention to the URLs of websites you're visiting and links you're clicking, especially if you've received the link in an email or text claiming to be your bank or credit card company. Never share personal data, email addresses, passwords, banking information or credit card numbers unless you're certain the website is legitimate.

AI has enabled attackers to create sophisticated phishing attacks that are more difficult to spot and may lack the key red flags of a scam.

AI can also help attackers conduct deeper research on potential targets to create more personalized and convincing messages, Dressler added.

The best way to avoid phishing scams is to log into your account or call the company or person you've received a suspicious message from, rather than clicking links.

Also, remember that smaller businesses may be slower to patch their systems in the event of an attack or data breach compared to large companies.

Brush up on your passwords

Never reuse passwords. Instead, try a password manager that creates long, unique passwords for all your online accounts. Simply put: Computers are better than humans at making passwords that are hard to guess.

Other tips for staying safe online

Use passkeys instead of passwords: Passkeys are digital credentials that let you sign into online services using your fingerprint, face scan or PIN instead of a typed password. Passkeys are generally thought to be more secure than passwords since they're tied to biometric data stored on your device that can't be as easily stolen or spoofed.

Use two-factor authentication: Enable two-factor verification on any service that offers it. Two-factor authentication sends a login code via text, email or phone call as an extra layer of protection in addition to your password. Some experts prefer app-based code generators since text messages can be vulnerable to hackers.

Monitor all your important accounts: Keep an eye on all important accounts for suspicious changes. Many offer automatic email or text alerts.

Freeze your credit report: Freezing your credit file with the three main agencies is an easy way to prevent nefarious actors from trying to open new accounts in your name.

Create a family code word: If you get a suspicious call or message from someone who sounds like a loved one asking for information, call them back yourself, or call people close to them if you can't get a hold of them. A code word shared between you and your loved ones can confirm their identity.

While AI is making it easier for even novice hackers to execute more advanced campaigns, bad actors are still trying to take advantage of humans at the end of the day.

https://edition.cnn.com/2026/10/26/tech/ai-internet-safety-tips. Adaptado. Acesso em: 28 out. 2026.

11. The text brings the idea that the vulnerabilities were around for years and researchers were only able to understand how hackers could take advantage of them with the help of AI. Considering the text as a whole, which statement best summarizes the author's central argument?

a) Ordinary users are primarily responsible for the spread of the P2PShell vulnerability and must be held accountable for keeping outdated devices.

b) Artificial intelligence has made the web safer, since it helps researchers eliminate old flaws before hackers are able to find them.

c) AI has accelerated the discovery of long-standing flaws in aging digital infrastructure; therefore, although users have limited power against such flaws, they should reinforce their personal security habits.

d) Governments in Europe are the only actors capable of fixing P2PShell, which makes individual precautions irrelevant.

e) Hackers have abandoned traditional deception tactics, since AI now allows them to attack systems without any human involvement.

12. Analyzing the sentence "there isn't much that users can do to protect themselves" in the fifth paragraph, it is correct to say, in the section entitled "Watch out for phishing attacks", that one of the following is presented as the best way to deal with a suspicious message that claims to come from a company

a) Clicking the link to check whether the URL matches the official website of the company.

b) Accessing your account directly or contacting the company or person by phone, instead of using the link received.

c) Replying to the message and asking the sender to confirm his or her identity.

d) Sharing only your email address, since it is less sensitive than banking information.

e) Waiting for the company to send a second message before taking any action.

13. Considering the reading of the text, speciall third and fourth paragraphs, it can be inferred that other digital systems, besides those affected by P2PShell,

a) have already been completely protected by researchers who use AI.

b) are immune to similar flaws because they rely on modern technology.

c) will certainly be targeted by hackers within the next week.

d) are less vulnerable than websites, since they are not connected to the internet.

e) may be hiding comparable flaws that AI-assisted analysis could bring to light in the future.

14. In the section “Other tips for staying safe online”, the text states that passkeys “are generally thought to be more secure than passwords since they’re tied to biometric data stored on your device that can’t be as easily stolen or spoofed”. Which of the following can be inferred from this explanation?

a) Authentication tied to biometric data kept on the user’s own device is less easily stolen or imitated than a typed password.

b) Passkeys cannot be stolen under any circumstances.

c) Online services have already abolished typed passwords in favor of passkeys.

d) The biometric data used by passkeys is stored on the servers of the online services.

e) Passkeys make two-factor authentication unnecessary.

15. In the sentence “While AI is making it easier for even novice hackers to execute more advanced campaigns, bad actors are still trying to take advantage of humans at the end of the day.” Select the alternative in which the highlighted term expresses the same idea as *While* in the sentence above.

a) The attack was detected **while** the technicians were updating the servers.

b) **Since** hackers can now use AI, companies must reinforce their defenses.

c) You should install the update **as soon as** the notification appears.

d) Users must enable two-factor authentication **so that** their accounts remain protected.

e) **Although** large companies usually patch their systems quickly, smaller businesses tend to be slower.

ESPANHOL

Adinoél Sebastião

Leia o Texto 1 e responda às questões 11 a 15.

Texto 1

Desde hace 22 años se conocía la mayor amenaza a la seguridad de Internet. La IA la convirtió en una crisis en 2 días

En julio de 2004, el investigador de seguridad Stefan Esser lanzó una advertencia. Una vulnerabilidad crítica en PHP, el lenguaje de programación que sustenta el 70% de los sitios web del mundo, podría permitir a un atacante llevar a cabo acciones sumamente maliciosas: leer contraseñas, robar bases de datos o incluso tomar el control total de sitios web. Sin embargo, la advertencia de Esser pasó prácticamente desapercibida durante décadas.

[…]

¿Por qué una de las amenazas más graves para los cimientos de internet permaneció sin resolver durante 22 años? Porque, para un ser humano, aprovecharla habría requerido un esfuerzo extenuante: una labor de programación tediosa, monótona y que consume muchísimo tiempo. Esto hacía que explotar dicha vulnerabilidad en PHP resultara inviable.

La inteligencia artificial ha logrado descifrar cómo hacerlo en solo dos días.

El miércoles, OpenAI reveló públicamente la existencia de este exploit, al tiempo que se lanzaba una actualización de seguridad destinada a solucionar el problema.

“Menos mal”, podría pensar uno. “Los ‘buenos’ llegaron primero”. No obstante, este descubrimiento asistido por IA ha generado una profunda preocupación entre los expertos en ciberseguridad, ya que la próxima vez podría ser obra de alguien con intenciones maliciosas.

Y a la IA no le importa quién apriete el gatillo.

[…]

Según Nick Rogers, director ejecutivo de Fieldwork AI, la “seguridad por agotamiento” ya no es una medida de protección eficaz frente a los atacantes.

Durante 22 años, PHP fue como un banco sin guardias de seguridad. Cualquiera podía acercarse a la bóveda y llevarse el dinero, siempre y cuando tuviera tiempo suficiente para probar todas las combinaciones posibles. Era una tarea tan ardua que, en la práctica, no valía la pena el esfuerzo.

Pero la IA no se cansa. Y, además, es capaz de abrir cajas fuertes mucho más rápido que los seres humanos.

"Tomar una vulnerabilidad teórica y demostrar que es posible explotarla es un trabajo bastante tedioso y mecánico", explicó Rogers. "La IA puede seguir intentándolo incansablemente hasta dar con la solución. Ni siquiera hace falta que intervengas, puedes tomarte un café mientras ella hace el trabajo".

Adaptado de: GOLDMAN, David. CNN en Español, 23 de octubre de 2026.

11. De acuerdo con el Texto 1, es correcto afirmar que

a) la advertencia de Stefan Esser, en 2004, fue atendida de inmediato por los responsables de PHP, que corrigieron el problema ese mismo año.

b) la inteligencia artificial tardó 22 años en descubrir cómo aprovechar la vulnerabilidad de PHP.

c) OpenAI mantuvo en secreto el exploit para que nadie más pudiera utilizarlo.

d) para un ser humano, explotar la vulnerabilidad de PHP era inviable por la cantidad de trabajo tedioso y de tiempo que exigía.

e) los expertos en ciberseguridad se sienten tranquilos porque solo los "buenos" tienen acceso a la inteligencia artificial.

12. Considerando los verbos subrayados en el Texto 1: LANZÓ / PODRÍA / HA LOGRADO. Selecciona en cuál tiempo y modo verbal ellos están, respectivamente.

a) Pretérito Perfecto de Indicativo / Condicional Simple / Pretérito Indefinido de Indicativo.

b) Pretérito Indefinido de Indicativo / Condicional Simple / Pretérito Perfecto de Indicativo.

c) Pretérito Imperfecto de Indicativo / Futuro Simple de Indicativo / Pretérito Perfecto de Indicativo.

d) Pretérito Indefinido de Indicativo / Pretérito Imperfecto de Subjuntivo / Pretérito Pluscuamperfecto de Indicativo.

e) Pretérito Perfecto de Indicativo / Condicional Compuesto / Presente de Indicativo.

13. Los heterosemánticos o falsos amigos son palabras de la lengua española que tienen la grafía igual o semejante a la del portugués, pero que poseen significados distintos. Señala cuál alternativa es falso amigo. Las palabras están subrayadas en el Texto 1.

a) Vulnerabilidad.

b) Extenuante.

c) Tedioso.

d) Esfuerzo.

e) Sitios.

14. En el fragmento «aprovecharla habría requerido un esfuerzo extenuante», el pronombre «la» (en «aprovecharla») se refiere a

a) la amenaza para los cimientos de internet que permaneció sin resolver durante 22 años.

b) la advertencia de Stefan Esser.

c) la inteligencia artificial.

d) la actualización de seguridad.

e) la labor de programación tediosa.

15. A partir de las informaciones del Texto 1, se puede deducir que

a) los responsables de PHP ignoraron la advertencia de Stefan Esser porque la consideraban falsa.

b) la vulnerabilidad de PHP solo podía ser explotada por empresas de seguridad.

c) la protección de PHP dependía, en la práctica, de la dificultad de atacarlo, y la inteligencia artificial eliminó esa barrera.

d) el uso de la inteligencia artificial garantiza que los "buenos" siempre lleguen primero.

e) los atacantes humanos habían abandonado PHP por considerarlo un lenguaje inseguro.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

16. Durante a revisão dos procedimentos de um batalhão, um oficial destacou a seguinte regra interna:

"Se a ocorrência foi registrada, então o boletim foi encaminhado à delegacia."

Uma proposição logicamente equivalente à regra destacada é

a) "A ocorrência foi registrada e o boletim não foi encaminhado à delegacia."

b) "A ocorrência não foi registrada ou o boletim foi encaminhado à delegacia."

c) "Se o boletim foi encaminhado à delegacia, então a ocorrência foi registrada."

d) "Se a ocorrência não foi registrada, então o boletim não foi encaminhado à delegacia."

e) "A ocorrência foi registrada ou o boletim não foi encaminhado à delegacia."

17. Considere as proposições simples a seguir.

- p: O soldado concluiu o curso de tiro.
- q: O soldado foi designado para o patrulhamento ostensivo.

A proposição "O soldado foi designado para o patrulhamento ostensivo somente se concluiu o curso de tiro" é corretamente representada, em linguagem simbólica, por

a) $p \rightarrow q$

b) $q \leftrightarrow p$

c) $\sim q \rightarrow p$

d) $q \rightarrow p$

e) $p \wedge q$

18. Em um concurso para a Polícia Militar, a comissão organizadora divulgou as seguintes informações sobre os candidatos:

- todos os candidatos aprovados no teste físico realizaram o exame médico;
- nenhum candidato que realizou o exame médico foi eliminado na fase documental.

Considerando verdadeiras essas informações, é necessariamente correto afirmar que

a) todo candidato que realizou o exame médico foi aprovado no teste físico.

b) algum candidato aprovado no teste físico foi eliminado na fase documental.

c) todo candidato que não foi eliminado na fase documental foi aprovado no teste físico.

d) nenhum candidato que realizou o exame médico foi aprovado no teste físico.

e) nenhum candidato aprovado no teste físico foi eliminado na fase documental.

19. Em uma investigação interna, foram estabelecidos os valores lógicos das proposições a seguir.

- É verdadeira a proposição "Se o cabo Lima estava de folga, então o sargento Rocha comandava a guarnição".
- É falsa a proposição "O sargento Rocha comandava a guarnição ou a tenente Alves estava no quartel".

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta uma proposição verdadeira.

a) O cabo Lima estava de folga.

b) A tenente Alves estava no quartel.

c) Se o sargento Rocha comandava a guarnição, então a tenente Alves estava no quartel.

d) O cabo Lima não estava de folga e a tenente Alves estava no quartel.

e) O sargento Rocha comandava a guarnição ou o cabo Lima estava de folga.

20. Um pelotão é formado por 7 soldados, dos quais 3 são mulheres. Para uma operação de patrulhamento, o comandante precisa designar 3 desses soldados para as funções distintas de motorista, rádio-operador e patrulheiro, de modo que cada soldado ocupe no máximo uma função. Por determinação do comando, a função de motorista deve ser ocupada por uma mulher.

O número de maneiras distintas de realizar essa designação é igual a

a) 90.

b) 210.

c) 45.

d) 60.

e) 35.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

21. Durante uma avaliação de desempenho físico, cinco candidatos ao Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco obtiveram os seguintes tempos, em minutos, para concluir determinado percurso: $2, 4, 6, 8, 10$.

Considerando que os cinco resultados constituem uma amostra aleatória de uma população de candidatos e que se deseja estimar a variabilidade dos tempos de conclusão, a variância amostral desses dados é igual a:

a) 8

b) 10

c) 12

d) 16

e) 20

22. Em uma atividade de treinamento, um sistema eletrônico seleciona aleatoriamente um ponto de uma região quadrada de lado igual a 4 metros, considerando que todos os pontos dessa região possuem a mesma probabilidade de seleção. No centro do quadrado, existe uma região circular de segurança cujo diâmetro é igual ao lado do quadrado.

A probabilidade de que o ponto selecionado esteja situado no interior da região circular é igual a:

a) 25%

b) 39,3%

c) 50%

d) 75%

e) 78,5%

23. Em determinado posto operacional, o número X de ocorrências atendidas por uma equipe em um intervalo de tempo específico é modelado por uma variável aleatória discreta cuja função de probabilidade é apresentada a seguir.

x	$P(X = x)$
0	0,2
1	0,5
2	0,3

Com base nessa distribuição, a variância de X, calculada pela diferença entre o valor esperado de X^2 e o quadrado do valor esperado de X, é igual a:

a) 0,21

b) 0,30

c) 0,40

d) 0,49

e) 0,72

24. Uma equipe responsável pela capacitação de bombeiros deseja comparar o desempenho médio de três métodos distintos de treinamento. Para isso, foi realizada uma análise de variância de um fator, cujos resultados estão resumidos na tabela a seguir.

Fonte de variação	Soma dos quadrados	Graus de liberdade
Entre os grupos	48	2
Dentro dos grupos	72	9
Total	120	11

Admitindo que os pressupostos da análise de variância estejam satisfeitos e que o valor crítico da distribuição F, para o nível de significância de 5%, com 2 e 9 graus de liberdade, seja aproximadamente 4,26, assinale a alternativa correta.

a) A estatística F é igual a 1,5, devendo-se rejeitar a hipótese nula.

b) A estatística F é igual a 3, não havendo evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula ao nível de significância adotado.

c) A estatística F é igual a 4,26, indicando diferenças estatisticamente significativas entre as três médias.

d) A estatística F é igual a 6, devendo-se rejeitar a hipótese nula.

e) A estatística F é igual a 24, indicando que as três médias populacionais são necessariamente diferentes.

25. Em um estudo sobre treinamento operacional, um pesquisador investigou a relação entre o número x de sessões de treinamento realizadas por um grupo de bombeiros e uma pontuação y obtida em uma avaliação padronizada. Os dados observados foram os seguintes:

Sessões de treinamento (x)	**Pontuação** (y)
1	2
2	3
3	5
4	6

Com base no método dos mínimos quadrados ordinários, foi ajustada uma reta de regressão linear simples, com intercepto, na forma $\hat{y} = b_0 + b_1 x$.

Utilizando a reta ajustada para estimar a pontuação correspondente a um grupo que realizou cinco sessões de treinamento, obtém-se:

a) 6,5.

b) 7,0.

c) 7,2.

d) 7,5.

e) 8,0.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

26. Uma organização realiza backups completos aos domingos e backups diferenciais nos demais dias da semana. Após uma falha ocorrida na sexta-feira, é necessário recuperar os dados até o estado registrado no backup de quinta-feira. O procedimento adequado para essa restauração consiste em

a) restaurar o backup completo de domingo e, em seguida, o backup diferencial de quinta-feira, pois este reúne as alterações realizadas desde o último backup completo.

b) restaurar apenas o backup diferencial de quinta-feira, pois ele contém uma cópia integral de todos os arquivos existentes no momento de sua execução.

c) restaurar o backup completo de domingo e todos os backups diferenciais de segunda a quinta-feira, pois cada backup diferencial depende obrigatoriamente do backup diferencial anterior.

d) restaurar exclusivamente os backups diferenciais de quarta e quinta-feira, pois a combinação dessas duas cópias substitui o backup completo de domingo.

e) restaurar o backup completo de domingo e o backup diferencial de quarta-feira, pois o backup de quinta-feira registra apenas as alterações realizadas desde a quarta-feira.

27. Um computador apresenta lentidão ao executar vários programas simultaneamente, embora possua espaço livre suficiente no SSD. Durante a análise, verificou-se que a memória RAM está próxima de sua capacidade máxima e que o sistema operacional utiliza intensamente o arquivo de paginação. A medida mais adequada para reduzir esse problema é

a) substituir o SSD por outro de maior capacidade, pois o aumento do espaço de armazenamento amplia diretamente a quantidade de memória RAM disponível para os programas.

b) ampliar a capacidade da memória RAM, pois isso permite manter mais dados e instruções na memória principal, reduzindo a necessidade de utilização do armazenamento secundário como memória virtual.

c) aumentar exclusivamente o tamanho do arquivo de paginação, pois a memória virtual possui o mesmo desempenho da memória RAM e elimina a necessidade de expansão física.

d) substituir a memória RAM por memória ROM de maior capacidade, pois a ROM permite armazenar temporariamente os dados dos programas em execução com maior velocidade.

e) desativar o uso da memória cache do processador, pois essa memória compete com a RAM pelo armazenamento dos dados e provoca maior utilização do arquivo de paginação.

28. Uma apresentação do Microsoft PowerPoint 365 possui vários slides com o mesmo logotipo, posicionamento de títulos e elementos gráficos. O responsável pela apresentação precisa alterar o logotipo e padronizar a formatação dos títulos sem realizar modificações individualmente em cada slide. O recurso mais adequado para essa tarefa é

a) o Slide Mestre, que permite definir elementos visuais e padrões de formatação compartilhados pelos slides associados ao mestre e aos seus layouts.

b) o Classificador de Slides, que permite modificar simultaneamente os elementos gráficos internos de todos os slides, independentemente de seus layouts.

c) o Painel de Animação, que permite estabelecer padrões globais de formatação e substituir imagens utilizadas em diferentes slides.

d) o recurso Transições, que permite aplicar alterações permanentes ao posicionamento dos títulos e dos logotipos em todos os slides da apresentação.

e) o Modo de Exibição de Leitura, que permite editar os elementos compartilhados e atualizar automaticamente os layouts utilizados na apresentação.

29. Uma empresa utiliza serviços de computação em nuvem para hospedar uma aplicação que apresenta grande variação na quantidade de acessos ao longo do dia. Para evitar a manutenção permanente de recursos computacionais dimensionados para os horários de maior demanda, a equipe técnica pretende adotar um mecanismo que ajuste automaticamente a capacidade disponível conforme a utilização. Esse mecanismo corresponde à

a) elasticidade, que permite aumentar ou reduzir dinamicamente os recursos computacionais de acordo com a demanda, contribuindo para a eficiência na utilização da infraestrutura.

b) virtualização, que garante, por si só, o aumento automático e ilimitado dos recursos computacionais sempre que a aplicação apresenta maior demanda.

c) redundância, que consiste na redução automática da capacidade computacional durante períodos de baixa utilização, eliminando a necessidade de recursos adicionais.

d) portabilidade, que permite transferir aplicações entre diferentes ambientes de nuvem sem necessidade de adaptações, assegurando o ajuste automático da capacidade computacional.

e) disponibilidade, que corresponde à capacidade de ampliar e reduzir recursos computacionais automaticamente, independentemente das condições de funcionamento dos serviços.

30. Durante uma auditoria de segurança, identificou-se que um servidor apresentava uma falha de software conhecida, ainda não corrigida, que poderia ser explorada por agentes maliciosos para obter acesso não autorizado a informações. A classificação adequada dos elementos envolvidos nesse cenário está apresentada em

a) a falha de software representa uma ameaça, enquanto o agente malicioso constitui uma vulnerabilidade, pois ambos podem comprometer a segurança das informações.

b) a ausência de atualização caracteriza um incidente de segurança confirmado, independentemente da ocorrência de exploração da falha ou de comprometimento do sistema.

c) a falha de software constitui uma vulnerabilidade, o agente malicioso representa uma fonte de ameaça e a possibilidade de exploração da falha, com consequências para a organização, caracteriza um risco de segurança.

d) a existência de uma vulnerabilidade comprova a ocorrência de um ataque, pois falhas conhecidas são automaticamente exploradas quando o sistema permanece conectado à rede.

e) a aplicação de uma atualização de segurança elimina todas as ameaças ao servidor, pois a correção de vulnerabilidades impede qualquer tentativa futura de acesso não autorizado.

BLOCO II

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

31. O artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal garante a liberdade de exercício de trabalho, ofício ou profissão, permitindo que a lei estabeleça determinadas qualificações profissionais. Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à eficácia, esse dispositivo é considerado uma norma de eficácia:

a) Contida, pois o direito pode ser exercido independentemente de regulamentação, mas está sujeito a restrições previstas em lei.

b) Limitada, pois o exercício do direito depende de uma lei que o regulamente.

c) Contida, pois o direito somente poderá ser exercido após a edição de uma lei regulamentadora.

d) Limitada, pois a Constituição não garante a aplicação imediata desse direito.

e) Plena, pois nenhum direito fundamental pode sofrer restrições estabelecidas por lei.

32. O controle judicial da Administração Pública dispõe de diferentes instrumentos constitucionais, cada qual destinado à proteção de direitos específicos. Nesse contexto, o mandado de segurança é cabível para:

a) Promover a responsabilização de agentes públicos pela prática de atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário ou proporcionem enriquecimento ilícito, conforme a legislação aplicável.
b) Viabilizar o exercício de direitos e liberdades constitucionais quando a ausência de norma regulamentadora impedir seu exercício.
c) Assegurar a liberdade de locomoção diante de ilegalidade ou abuso de poder que cause ou ameace causar restrição ao direito de ir e vir.
d) Permitir que o cidadão questione judicialmente atos lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
e) Proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, diante de ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou por agente no exercício de atribuições do Poder Público.

33. Analise as afirmativas a seguir, referentes à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, à alteração da composição territorial dos Estados e à liberdade religiosa, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988.

I. A República Federativa do Brasil é formada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, entes dotados de autonomia nos termos constitucionais.

II. A Constituição admite a reorganização territorial dos Estados, inclusive por incorporação, subdivisão ou desmembramento, desde que sejam observados os requisitos constitucionais relativos à manifestação da população interessada e à aprovação do Congresso Nacional.

III. A Constituição proíbe a União de estabelecer ou financiar cultos religiosos, interferir no funcionamento de igrejas ou manter relações de dependência ou aliança com organizações religiosas, ressalvada a colaboração de interesse público prevista em lei.

Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

a) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
b) Apenas a afirmativa I está correta.
c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
d) Apenas a afirmativa II está correta.
e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

34. O estado de defesa é uma medida constitucional excepcional destinada a preservar ou restabelecer a ordem pública e a paz social em situações de grave instabilidade institucional ou calamidade de grandes proporções. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre os requisitos para sua decretação e os efeitos decorrentes de sua vigência.

a) A consulta prévia ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional é dispensável para a decretação do estado de defesa.
b) Pode ser restringido o direito de reunião, inclusive quando exercido no âmbito das associações.
c) O prazo de duração do estado de defesa é improrrogável, independentemente das circunstâncias que motivaram sua decretação.
d) Durante o estado de defesa, admite-se a incomunicabilidade do preso, desde que autorizada pela autoridade competente.
e) O estado de defesa pode abranger áreas indeterminadas do território nacional, conforme a gravidade da situação.

35. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Título VIII, os fundamentos e as finalidades da Ordem Social. Com base no artigo 193, assinale a alternativa que identifica corretamente o princípio que a fundamenta e os objetivos que busca alcançar.

a) Fundamenta-se no primado do trabalho e tem como objetivos o bem-estar e a justiça sociais.
b) Fundamenta-se na proteção dos direitos humanos fundamentais e busca promover a igualdade econômica entre os cidadãos.
c) Fundamenta-se na justiça econômica e tem como finalidade reduzir as desigualdades sociais e regionais.
d) Fundamenta-se na liberdade individual e busca assegurar o desenvolvimento sustentável e a integração social.
e) Fundamenta-se na liberdade individual e tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

36. No que se refere à extinção dos atos administrativos por anulação ou invalidação, assinale a alternativa **correta**.

a) A anulação constitui forma de extinção destinada a retirar do ordenamento jurídico ato administrativo válido que, embora tenha sido regularmente editado, deixou posteriormente de atender ao interesse público, produzindo efeitos exclusivamente para o futuro em razão da necessidade de preservação integral das situações jurídicas anteriormente constituídas.

b) A invalidação de um ato administrativo praticado em desacordo com o ordenamento jurídico depende exclusivamente de decisão do Poder Judiciário, que poderá atuar de ofício sempre que tomar conhecimento da ilegalidade, sendo vedado à Administração Pública desfazer diretamente os próprios atos, ainda que reconheça expressamente a existência de vício insanável.

c) A anulação decorre de ilegalidade e pode ser realizada pela própria Administração Pública, de ofício ou mediante provocação, bem como pelo Poder Judiciário quando provocado. Em regra, produz efeitos retroativos, alcançando o ato desde sua edição, sem que isso autorize o desfazimento das consequências jurídicas já consolidadas em favor de terceiros de boa-fé estranhos ao vício existente.

d) Embora a anulação tenha como fundamento a existência de ilegalidade, seus efeitos serão necessariamente prospectivos sempre que o ato tiver produzido alguma consequência favorável ao destinatário, pois a presunção de legitimidade impede que o desfazimento administrativo atinja situações anteriores à decisão anulatória.

e) O poder-dever de anular atos ilegais é imprescritível, inclusive quando o ato tiver produzido efeitos favoráveis ao destinatário de boa-fé, razão pela qual o transcurso do tempo jamais impede que a Administração reconheça a ilegalidade e desconstitua o ato desde sua origem.

37. No que se refere à classificação e à aplicação dos princípios expressos e implícitos da Administração Pública, bem como à sua força normativa no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção **correta**.

a) Os princípios expressos da Administração Pública limitam-se exclusivamente àqueles previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal, não havendo possibilidade de princípios expressos previstos em legislação infraconstitucional.

b) Os princípios implícitos não possuem força normativa vinculante, pois sua ausência de previsão literal no texto constitucional impede que sejam utilizados como fundamento para invalidação de atos administrativos.

c) Os princípios implícitos vinculam apenas a Administração Pública federal, não sendo aplicáveis às administrações estaduais e municipais.

d) Um princípio somente pode ser considerado expresso se constar originalmente no texto constitucional de 1988, não sendo possível que um princípio inicialmente implícito passe a ser posteriormente qualificado como expresso.

e) Não há hierarquia entre princípios administrativos, sendo incorreto afirmar que determinado princípio, como o da supremacia do interesse público, prevalece abstratamente sobre os demais, devendo eventual prevalência ser aferida no caso concreto.

38. O poder regulamentar permite ao Chefe do Poder Executivo editar atos destinados a explicar, desenvolver e viabilizar a execução das leis administrativas, respeitando a posição hierárquica da lei no ordenamento jurídico e as matérias constitucionalmente reservadas ao legislador.

Considerando especialmente os decretos regulamentares, sua natureza jurídica e seus limites, assinale a alternativa **correta**.

a) O decreto regulamentar pode disciplinar autonomamente matérias ainda não previstas em lei sempre que houver omissão legislativa que dificulte o atendimento ao interesse público, pois o poder regulamentar possui função supletiva em relação à atividade do Poder Legislativo.

b) O Chefe do Poder Executivo pode, mediante decreto regulamentar, modificar direitos, obrigações ou limites previamente definidos pelo legislador quando considerar que a alteração é necessária para tornar a norma mais eficiente ou adequada às necessidades concretas da Administração.

c) O decreto regulamentar possui natureza de ato normativo primário e fundamento direto na Constituição Federal, razão pela qual pode inovar na ordem jurídica independentemente de lei anterior e estabelecer novas obrigações aos administrados.

d) O decreto regulamentar constitui ato administrativo infralegal editado pelo Chefe do Poder Executivo para explicar e detalhar a lei e assegurar sua fiel execução, devendo permanecer subordinado aos limites legais e não podendo criar direitos ou obrigações novos nem disciplinar matéria ainda não prevista pelo legislador.

e) Os decretos regulamentares, por constituírem atos normativos infralegais, estão sujeitos exclusivamente ao controle do Poder Judiciário quanto à sua legalidade, não podendo o Congresso Nacional sustar seus efeitos, ainda que ultrapassem os limites estabelecidos pela lei regulamentada.

39. No estudo da organização administrativa brasileira, os órgãos públicos desempenham papel fundamental na manifestação da vontade estatal e resultam da distribuição interna de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica. Considerando o conceito, as principais características, a personalidade jurídica, a desconcentração administrativa e a capacidade processual excepcional dos órgãos públicos, assinale a alternativa **correta**.

a) Os órgãos públicos correspondem a centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais por intermédio de seus agentes, resultam da desconcentração administrativa e, em regra, não possuem personalidade jurídica própria, sendo os atos praticados no exercício de suas atribuições imputados à pessoa jurídica em cuja estrutura estão inseridos.

b) A inscrição de determinado órgão público no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, especialmente quando constituído como unidade gestora de orçamento, confere-lhe personalidade jurídica própria e permite que responda diretamente por obrigações decorrentes dos atos administrativos praticados por seus agentes.

c) Os órgãos públicos são pessoas jurídicas de Direito Público criadas mediante desconcentração administrativa, razão pela qual possuem personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e capacidade geral para adquirir direitos, assumir obrigações e responder judicialmente pelos atos praticados pelos agentes que integram sua estrutura.

d) A ausência de personalidade jurídica impede, de forma absoluta, que qualquer órgão público possa figurar em uma relação processual, ainda que se trate de órgão independente ou autônomo que pretenda defender judicialmente competência ou prerrogativa institucional própria.

e) A criação de órgãos públicos mediante desconcentração administrativa somente é possível no âmbito da Administração Direta, uma vez que as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista já possuem personalidade jurídica própria e, por isso, não podem distribuir internamente suas competências mediante criação de órgãos.

40. A responsabilidade civil do Estado constitui importante mecanismo de proteção dos particulares diante dos danos decorrentes da atuação estatal. No ordenamento jurídico brasileiro, o dever de indenizar pode ser analisado à luz de diferentes teorias, que estabelecem critérios específicos para a configuração da responsabilidade e para a incidência de eventuais causas excludentes.

Com base nas teorias do risco administrativo e do risco integral, assinale a alternativa **correta**.

a) A teoria do risco administrativo estabelece responsabilidade subjetiva do Estado, pois, além da demonstração do dano e do nexo causal, exige que o particular prejudicado comprove que o agente público atuou com dolo ou culpa durante a prestação do serviço público.

b) A teoria do risco integral corresponde ao regime geral previsto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, razão pela qual a responsabilidade do Estado somente poderá ser afastada quando ficar comprovada culpa exclusiva da vítima ou força maior.

c) A teoria do risco administrativo fundamenta a responsabilidade objetiva adotada como regra pela Constituição Federal de 1988, dispensando a comprovação de dolo ou culpa do agente público, mas admitindo situações capazes de excluir ou reduzir a responsabilidade estatal; diferentemente, a teoria do risco integral não admite causas de exclusão ou redução relacionadas ao evento danoso.

d) A principal distinção entre a teoria do risco administrativo e a teoria do risco integral reside na natureza do dano, pois a primeira somente permite indenização por danos materiais, enquanto a segunda abrange também danos morais causados pelos agentes públicos.

e) Tanto na teoria do risco administrativo quanto na teoria do risco integral, a culpa exclusiva da vítima rompe necessariamente o nexo causal e exclui por completo a responsabilidade do Estado, diferenciando-se as duas teorias apenas quanto à necessidade de identificação do agente responsável.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

41. Caio e Rafael discutiram em um bar. Caio, injustamente, passou a agredir Rafael a socos, tendo a vítima caído no chão. Rafael, então, sacou uma faca e, de forma necessária e moderada, golpeou o braço de Caio, que recuou e cessou a agressão. Caio, já ferido, encostado em uma parede e com as mãos levantadas, pediu que Rafael parasse. Rafael, ainda assim, avançou com a faca em direção ao tórax de Caio para desferir novo golpe. Nesse momento, Caio, que portava um revólver na cintura, sacou a arma e efetuou um único disparo contra Rafael, único meio de que dispunha para repelir o ataque, causando-lhe lesões corporais.

Considerando a situação hipotética e a disciplina das excludentes de ilicitude no Código Penal, é correto afirmar que, quanto ao disparo efetuado, Caio

a) agiu em legítima defesa recíproca, pois ambos se agrediram injustamente, o que afasta a ilicitude da conduta de ambos.

b) agiu em legítima defesa sucessiva, pois repeliu o excesso de Rafael, que constituiu nova agressão injusta, ainda que Caio tenha dado causa à primeira agressão.

c) agiu em legítima defesa putativa, pois supôs, por erro, a existência de uma agressão injusta que, na realidade, não ocorria.

d) não pode invocar excludente de ilicitude, pois deu causa à situação de conflito, devendo responder pelo crime cometido

e) agiu em estado de necessidade defensivo, pois a conduta visou afastar perigo atual que não provocou por sua vontade.

42. Helena, servidora pública estadual lotada em um departamento de arquivo, recebeu de seu chefe imediato, Ricardo, ordem escrita para destruir 40 processos administrativos originais, já arquivados, sob o argumento de que uma portaria interna autorizava o descarte dos autos com mais de cinco anos. Helena sabia que se tratava de documentos públicos originais, mas, dada a forma da ordem, a indicação de respaldo normativo e a posição hierárquica de Ricardo, não tinha como perceber a ilegalidade da determinação, que não era manifesta, de forma que Helena cumpriu estritamente a ordem. Posteriormente, apurou-se que a portaria jamais existiu e que Ricardo agiu para ocultar irregularidades de sua gestão.

Considerando a situação hipotética e a teoria do crime adotada pelo Código Penal, quanto à responsabilidade penal pela destruição dos documentos:

a) Helena responde pelo crime, com pena diminuída de um sexto a um terço, em razão de erro de proibição evitável, e Ricardo responde como partícipe.

b) Helena, por agir em obediência hierárquica a ordem não manifestamente ilegal, não é punível, respondendo pelo crime apenas Ricardo, autor da ordem.

c) Helena e Ricardo respondem em coautoria, pois a obediência hierárquica não afeta a punibilidade do subordinado, servindo apenas como atenuante genérica.

d) Helena e Ricardo agiram amparados pelo estrito cumprimento de dever legal, que exclui a ilicitude da conduta de ambos, pois a ordem emanava de autoridade competente.

e) Helena responde pelo crime, com a atenuante genérica de ter cumprido ordem de autoridade superior, e Ricardo responde com a agravante de ter determinado a execução do crime.

43. Roberto, inconformado com o término do relacionamento de seis anos com Fernanda, foi proibido judicialmente, por meio de medida protetiva de urgência fundada na Lei Maria da Penha, de se aproximar da ex-companheira a menos de 300 metros. Descumprindo a ordem, Roberto invadiu a residência de Fernanda, que estava grávida de cinco meses, fato de que ele tinha ciência, e, na presença da filha do casal, de 7 anos de idade, a golpeou diversas vezes com uma faca, causando-lhe a morte. Fernanda não teve qualquer chance de defesa, pois foi surpreendida enquanto dormia.

Considerando a situação hipotética e a disciplina legal do feminicídio, Roberto responderá por

a) feminicídio, com pena de 20 a 40 anos de reclusão, aumentada de um terço até a metade, em razão da gestação, da presença de descendente da vítima, do descumprimento da medida protetiva e do recurso que dificultou a defesa.

b) feminicídio, com pena de 20 a 40 anos de reclusão, aumentada de um terço até a metade apenas em razão da gestação, pois as demais circunstâncias configurariam *bis in idem.*

c) homicídio qualificado pelo motivo torpe e pelo recurso que dificultou a defesa, pois a qualificadora do feminicídio foi revogada.

d) feminicídio, com pena de 12 a 30 anos de reclusão, aumentada de um terço até a metade.

e) feminicídio, com pena de 20 a 40 anos de reclusão, aumentada de metade até dois terços, em razão da pluralidade de causas de aumento.

44. Paulo, em uma cafeteria movimentada, percebeu que Ana havia deixado seu telefone celular, avaliado em R$ 3.500,00, sobre a mesa enquanto ia ao banheiro. Aproveitando-se da ausência da vítima, Paulo pegou o aparelho e deixou o local, sem emprego de violência ou de grave ameaça, sem romper qualquer obstáculo e sem contar com o auxílio de outras pessoas. O fato ocorreu às 15 horas de uma tarde de domingo.

Considerando a redação atual do Código Penal, após as alterações promovidas pela Lei 15.397/2026, a conduta de Paulo configura

a) furto simples, com pena de reclusão de 1 a 6 anos e multa, pois o furto de celular só é qualificado quando praticado mediante destreza.

b) furto qualificado, com pena de reclusão de 2 a 8 anos e multa, pois o celular não conta com qualificadora própria e se aplicam apenas as hipóteses do art. 155, § 4º, do CP.

c) roubo majorado, com aumento de um terço até a metade, pois a subtração de celular passou a ser causa de aumento do crime de roubo.

d) furto mediante fraude eletrônica, com pena de reclusão de 4 a 10 anos e multa, pois o aparelho subtraído é dispositivo eletrônico.

e) furto qualificado em razão do objeto subtraído, com pena de reclusão de 4 a 10 anos e multa, por se tratar de aparelho de telefonia celular.

45. Lucas, de 19 anos, e Júlia, de 13 anos, namoravam há oito meses, com conhecimento e sem oposição das famílias, tendo Lucas plena ciência da idade de Júlia. Em uma tarde, no quarto de Lucas, os dois mantiveram conjunção carnal, por livre e espontânea vontade de ambos. Frise-se que Júlia já havia mantido relações sexuais anteriormente com outro parceiro. Posteriormente, o fato foi relatado a uma psicóloga escolar, que o comunicou ao Ministério Público.

Considerando a situação hipotética e a redação atual do Código Penal, a conduta de Lucas

a) é atípica, pois o consentimento válido de Júlia, a existência de namoro e a anuência das famílias afastam a tipicidade material.

b) configura estupro de vulnerável, mas a ação penal é pública condicionada à representação da vítima ou de seu representante legal.

c) configura estupro na forma simples, com violência presumida, pois Júlia ainda não completara 14 anos.

d) configura estupro de vulnerável, com pena de reclusão de 10 a 18 anos e multa, sendo irrelevantes o consentimento da vítima, sua experiência sexual anterior e a existência de relacionamento amoroso.

e) configura estupro de vulnerável, mas admite-se a exclusão da tipicidade quando a diferença de idade entre os envolvidos é inferior a seis anos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

46. Durante a tramitação de uma ação penal, entrou em vigor uma lei que alterou exclusivamente o procedimento de intimação das testemunhas. Alguns atos de instrução já tinham sido praticados sob a vigência da lei anterior. Considerando o disposto no Código de Processo Penal acerca da aplicação da lei processual penal no tempo, assinale a alternativa correta.

a) A lei processual penal nova, quando mais benéfica ao réu, retroage para invalidar os atos processuais praticados sob a vigência da lei anterior.

b) A lei processual penal aplica-se desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

c) A lei processual penal nova somente se aplica aos processos que tenham por objeto crimes praticados após a sua entrada em vigor.

d) As normas de natureza mista, com conteúdo penal e processual, submetem-se exclusivamente à regra do tempus regit actum, não retroagindo nem mesmo para beneficiar o acusado.

e) A lei processual penal veda a interpretação extensiva e a aplicação analógica, admitindo apenas o suplemento dos princípios gerais de direito.

47. Um policial militar, durante ocorrência em serviço, fez uso de força letal contra um suspeito, o que motivou a instauração de inquérito policial para apurar o fato. Acerca do inquérito policial e das garantias previstas no CPP, assinale a alternativa correta.

a) Concluídas as diligências sem a obtenção de indícios de autoria, a autoridade policial poderá mandar arquivar os autos do inquérito, comunicando o fato ao Ministério Público.

b) Estando o indiciado preso em flagrante ou preventivamente, o inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, contado a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.

c) Decretado o sigilo do inquérito, o defensor do investigado não terá acesso a nenhum elemento de prova, ainda que já documentado nos autos, até o oferecimento da denúncia.

d) O servidor vinculado às instituições de segurança pública, investigado por fatos relacionados ao uso da força letal no exercício profissional, será citado da instauração do procedimento investigatório e poderá constituir defensor no prazo de até 48 horas a contar do recebimento da citação.

e) O indiciado é obrigado a participar da reprodução simulada dos fatos, e sua recusa autoriza a condução coercitiva e caracteriza crime de desobediência.

48. Em relação à ação penal, conforme as disposições do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) Nos crimes de ação penal pública condicionada, a representação será irretratável depois de oferecida a denúncia.

b) O Ministério Público poderá desistir da ação penal pública já proposta quando, no curso da instrução, constatar a fragilidade do conjunto probatório.

c) Será admitida ação penal privada nos crimes de ação pública sempre que o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial.

d) Salvo disposição em contrário, o ofendido decairá do direito de queixa ou de representação se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado da data em que o crime foi praticado.

e) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, inclusive àquele que o recusar.

49. A respeito da teoria geral das provas no processo penal, de acordo com o Código de Processo Penal atualizado e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) O juiz poderá fundamentar a condenação exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, desde que corroborados pela confissão extrajudicial do acusado.

b) Nas infrações que deixam vestígios, a confissão do acusado poderá suprir a ausência do exame de corpo de delito, direto ou indireto.

c) As provas derivadas das ilícitas são sempre admissíveis, pois a vedação constitucional alcança apenas a prova originariamente obtida com violação a normas legais.

d) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou o acórdão, regra plenamente eficaz introduzida pelo Pacote Anticrime.

e) Considera-se fonte independente aquela que, por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

50. Uma guarnição da Polícia Militar, em patrulhamento, recebeu informação de que um indivíduo mantinha uma vítima privada de liberdade em uma residência havia três dias. Os policiais entraram no imóvel e libertaram a vítima, efetuando a prisão do autor. Considerando essa situação hipotética e as disposições do CPP sobre a prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

a) Considera-se em flagrante impróprio quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

b) Qualquer do povo deverá e as autoridades policiais e seus agentes poderão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

c) Nas infrações permanentes, como a do caso narrado, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência, o que legitima a prisão ainda que dias tenham se passado desde o início da conduta.

d) Dentro de 48 horas após a prisão, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.

e) É válida a prisão em flagrante quando a própria polícia prepara o flagrante de modo a tornar impossível a consumação do crime, pois a conduta do agente revela sua intenção criminosa.

BLOCO III

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Lilian Novakoski

51. Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), assinale a alternativa correta.

a) Trata-se de tratado internacional com força vinculante plena, equiparado a emenda constitucional no Brasil.

b) Foi adotada como resolução da Assembleia Geral da ONU (Res. 217 A III). Não é tratado por si só, mas inspirou tratados posteriores de direitos humanos.

c) Prevê o direito de propriedade como absoluto, sem qualquer função social ou limitação legal.

d) Proíbe a tortura apenas em tempos de paz, admitindo-a em situações de guerra.

e) Não trata da igualdade entre homens e mulheres, tema reservado às convenções específicas.

52. Um comandante sustenta que, diante de grave instabilidade política interna, seria juridicamente aceitável que agentes submetessem suspeitos a tortura para obter informações. À luz da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, assinale a alternativa correta.

a) Admite-se a tortura em estado de guerra, desde que autorizada pelo chefe do Poder Executivo.

b) A instabilidade política interna afasta a ilicitude da tortura quando a finalidade for obter informações.

c) Nenhuma circunstância, inclusive estado de guerra, ameaça de guerra ou instabilidade política interna, justifica a tortura.

d) A proibição aplica-se apenas a presos já condenados, não a suspeitos em investigação.

e) A ordem de um superior hierárquico justifica a conduta quando o agente acredita estar cumprindo a lei.

53. Durante o deslocamento de um preso de alta periculosidade, um policial militar o algemou. O preso não ofereceu resistência, não havia fundado receio de fuga nem perigo à integridade física, e não houve justificativa escrita para o uso das algemas. Considerando a Súmula Vinculante nº 11 do STF, assinale a alternativa correta.

a) O uso de algemas é sempre permitido em presos de alta periculosidade, independentemente de justificativa.

b) O uso de algemas nessas condições é ilícito, e a ausência de justificativa escrita pode gerar nulidade da prisão ou do ato, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

c) Basta a alta periculosidade do preso para justificar as algemas, sendo dispensável qualquer registro.

d) A nulidade só ocorre se o preso for menor de idade.

e) A súmula aplica-se somente a presos já condenados, não a presos provisórios.

54. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

a) Considera-se criança a pessoa com até 14 anos de idade.

b) O Estatuto aplica-se apenas às crianças, excluindo os adolescentes da proteção integral.

c) O castigo físico moderado é admitido como método educativo pela família.

d) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, e qualquer atentado aos seus direitos fundamentais será punido na forma da lei.

e) A proteção da criança é dever exclusivo da família, sem participação da sociedade e do poder público.

55. Sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa correta.

a) Considera-se idosa a pessoa com 65 anos ou mais.

b) A proteção ao idoso é dever exclusivo da família, afastando a responsabilidade do Estado.

c) A suspeita de violência contra idoso não precisa ser comunicada aos serviços de saúde.

d) Os direitos da pessoa idosa não se aplicam àquele que reside em instituição de longa permanência.

e) Nenhuma pessoa idosa será objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão.

56. Conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta.

a) Considera-se pessoa com deficiência aquela com impedimento de curto prazo que a limite temporariamente.

b) A deficiência, por si só, afasta a capacidade civil da pessoa.

c) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.

d) O conceito exige laudo com código CID para caracterizar a deficiência em qualquer hipótese.

e) A deficiência é definida apenas pela perspectiva clínica, sem considerar as barreiras sociais.

57. Sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto nº 678/1992), assinale a alternativa correta.

a) A pena de morte pode ser aplicada a qualquer crime, desde que prevista em lei.

b) O Brasil não reconhece a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

c) O direito de retificação ou resposta é exclusivo dos meios de comunicação estatais.

d) Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados-Partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas.

e) Em estado de sítio, todos os direitos podem ser suspensos sem qualquer limite.

58. Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A lei admite pena de morte apenas em caso de guerra declarada, nos termos da Constituição.

b) A prática de racismo é crime imprescritível e inafiançável.

c) É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

d) A prática de tortura é crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

e) É admitida pena de caráter perpétuo para os crimes hediondos.

59. Um policial militar abordou um suspeito que, após uma ordem verbal, se afastou sem oferecer qualquer resistência física. Mesmo assim, o agente manteve o uso de instrumento de menor potencial ofensivo até a contenção completa. Considerando os princípios que orientam o uso da força pelos agentes de segurança pública, assinale a alternativa correta.

a) A força pode ser empregada no grau máximo sempre que o suspeito se recusar a obedecer a uma ordem verbal.

b) A força deve guardar proporcionalidade com a resistência oferecida, sendo reduzida ou cessada quando a ameaça ou a resistência deixarem de existir.

c) O emprego de arma de fogo é o primeiro recurso em qualquer abordagem, para garantir a segurança do agente.

d) A legalidade pode ser dispensada quando a urgência da situação justificar a ação do policial.

e) Instrumentos de menor potencial ofensivo só podem ser utilizados contra presos já condenados.

60. Sobre o art. 144 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) Cabe às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, e elas são forças auxiliares e reserva do Exército.

b) Cabe às polícias militares a polícia judiciária comum, as investigações de todas as infrações penais do estado.

c) Os corpos de bombeiros militares não integram o sistema de segurança pública.

d) As polícias militares subordinam-se diretamente à União, por se tratar de forças militares.

e) A segurança pública é responsabilidade exclusiva da União, cabendo aos estados apenas o custeio.

DIREITO PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

61. Segundo o Código Penal Militar, o crime de conspiração consiste em

a) aliciar militar ou assemelhado para a prática de crimes contra a autoridade ou disciplina militar.

b) concertarem-se militares ou assemelhados para a prática do crime de motim ou de revolta.

c) incitar à desobediência, à indisciplina ou à prática de crime militar.

d) reunirem-se militares ou assemelhados agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la.

e) promover a reunião de militares, ou nela tomar parte, para discussão de ato de superior ou assunto atinente à disciplina militar.

62. Acerca do que dispõe o Código Penal Militar (CPM) relativamente à imputabilidade penal, assinale a opção correta.

a) A pena poderá ser reduzida de um a dois terços se o agente, por embriaguez incompleta proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

b) Será imputada a responsabilidade pela conduta ao agente que no momento da ação ou omissão, em virtude de doença mental, não possuía a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

c) Não será imputada a responsabilidade pela conduta ao agente que, no momento da ação ou omissão, apesar de doença mental, possuía a capacidade de determinar-se de acordo com o entendimento do caráter ilícito do fato.

d) Não será imputada a responsabilidade pelo crime ao agente se a doença mental não suprimiu e não diminuiu a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação.

e) Não será imputada a responsabilidade pelo crime ao agente que, no momento da conduta, estava em estado de embriaguez incompleta proveniente de caso fortuito ou força maior.

63. Comete o crime de deserção o militar que

a) inicia serviço de natureza privada, quando a intenção do agente é expressamente a mobilidade profissional.

b) se ausenta, por mais de oito dias, sem licença para tanto, de onde serve ou de onde deve permanecer.

c) deixa de comparecer à unidade onde serve, sem licença, dispensa ou justa causa.

d) deixa de se apresentar à missão ou de desempenhá-la, quando lhe foi confiada.

e) deixa de se apresentar à incorporação, no prazo estipulado, quando convocado.

64. Configura crime militar em tempo de paz praticado contra a administração militar a conduta de

I - praticar violência contra superior.

II - desacatar superior, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, ou procurando deprimir-lhe a autoridade.

III - desobedecer a ordem legal de autoridade militar. Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

65. Segundo o que dispõe o Código Penal Militar (CPM), são previstos(a) como pena principal e a pena acessória respectivamente,

a) a reclusão e a reforma.

b) a prisão e a perda do posto e da patente.

c) a exclusão das Forças Armadas e o impedimento.

d) a indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato.

e) a suspensão dos direitos políticos e a detenção.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

66. Acerca das "medidas preventivas e assecuratórias", previstas no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações) incidentes sobre coisas ou pessoas, é CORRETO afirmar que

a) a busca poderá ser domiciliar ou pessoal.

b) a busca domiciliar, mesmo sem consentimento expresso do morador, poderá ser realizada à noite.

c) a revista depende de mandado quando feita no ato da captura de pessoa que deve ser presa.

d) finda a diligência, lavrar-se-á auto circunstanciado da busca e apreensão, assinado por três testemunhas, com declaração do lugar, dia e hora em que se realizou, com citação das pessoas que a sofreram e das que nelas tomaram parte ou as tenham assistido, com as respectivas identidades, bem como de todos os incidentes ocorridos durante a sua execução.

e) as coisas apreendidas poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

67. Ante o que dispõe o Código de Processo Penal Militar e suas alterações, assinale a alternativa que não pode ser considerada flagrante em delito.

a) acaba de cometer o crime

b) está cometendo o crime

c) é encontrado, antes da prática delituosa, com instrumentos, objetos, material ou papéis que façam presumir a sua futura participação nela

d) nas infrações permanentes, estiver praticando a conduta durante o período de permanência

e) é perseguido logo após o fato delituoso em situação que faça acreditar ser ele o seu autor

68. Quanto à ação penal, marque a alternativa correta conforme o Código de Processo Penal Militar

a) o prazo para oferecimento da denúncia estando o acusado preso é de cinco dias, contados da data do recebimento dos autos para aquele fim.

b) a denúncia deve ser apresentada sempre que houver indícios de fato e prova de autoria

c) A queixa crime do ofendido, poderá ser promovida por denúncia do Ministério Público Estadual designado para atuar na esfera militar.

d) Oferecida a denúncia, o Ministério Público poderá desistir da ação penal em qualquer caso

e) O Ministério Público é obrigado a seguir o relatório produzido no Inquérito Policial Militar, quando do oferecimento da denúncia

69. Em relação ao inquérito policial militar, assinale a alternativa ERRADA:

a) A autoridade militar poderá mandar arquivar autos de inquérito, embora conclusivo da inexistência de crime ou de inimputabilidade do indiciado.

b) O arquivamento do inquérito não obsta a instauração de outro. Se novas provas aparecerem em relação ao fato, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção de punibilidade.

c) O Ministério Público poderá requerer o arquivamento dos autos se entender inadequada a instauração do inquérito.

d) Os autos de inquérito não poderão ser devolvidos a autoridade policial militar, a não ser mediante requisição do Ministério Público para diligências por ele consideradas imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

e) O inquérito é dispensável para o oferecimento da denúncia.

70. No contexto de operação militar de garantia da lei e da ordem, determinado militar do Exército praticou crime doloso contra a vida de um civil. Nesse caso, à luz da legislação castrense, o referido delito será de competência do/da

a) Justiça Comum Estadual.

b) Justiça Comum Federal.

c) Tribunal do Júri da Justiça Estadual.

d) Justiça Militar da União.

e) Justiça Militar Estadual.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0